

EDITORIAL*

O risco regulatório brasileiro e seus impactos na atração de investimentos

A percepção de risco por parte dos investidores está intrinsecamente relacionada à existência de um ambiente de negócios favorável a investimentos. Em setores com alto nível de regulação, como é o caso do setor energético, um dos riscos existentes é o chamado risco regulatório, associado, entre outros fatores às possíveis intervenções governamentais. Ou seja, quanto maiores as intervenções políticas, maior é esse risco; portanto, menor é a segurança necessária ao investidor.

Segundo a publicação organizada pelo IPEA (2018)[1], "Desafios da nação: artigos de apoio – volume 2", as regulações que circunscrevem as atividades empresariais podem incentivar o desenvolvimento econômico local e a criação de novas empresas, se desenhadas de forma a garantir segurança jurídica e previsibilidade de contratos. Por outro lado, um ambiente de negócios que cause empecilhos ao desenvolvimento da atividade privada, com custosos entraves burocráticos, pode ter efeitos deletérios sobre o surgimento de novos negócios, reduzindo o potencial de crescimento da economia.

O Brasil atualmente apresenta um alto risco regulatório, o que afeta diretamente os volumes de investimento privado. De acordo com Empresa Brasil de Comunicação (EBC, 2018)[2], para as agências de classificação de risco Fitch e Standard &

1 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32983
2 Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/fitch-mantem-brasil-tres-niveis-abaixo-do-grau-de-investimento

Poor's, o país está três níveis abaixo do grau de investimento, enquanto para a agência Moody's, o Brasil está dois níveis abaixo. Entre os fatores citados para tal percepção de risco, estão as incertezas políticas, que podem comprometer o crescimento no médio prazo.

Aprimoramentos na legislação, transparência nas decisões, simplificação de processos, e a definição de agendas de médio e longo prazos são algumas das medidas que precisam ser adotadas na busca pela redução do risco regulatório no Brasil, o que permitirá a retomada de investimentos e o crescimento econômico de longo prazo.

Esta edição do **Boletim de Conjuntura** do Setor Energético traz um debate acerca da segurança regulatória no Brasil e seus impactos para os investimentos no setor energético. Para embasar a discussão, a **FGV Energia** entrevistou diversos agentes do setor, os quais apresentam a visão de quem convive diretamente com tais questões. Além das entrevistas, este Boletim traz ainda duas colunas de opinião: a primeira, de autoria de Fernanda Delgado, professora e coordenadora de pesquisa da FGV Energia, e Henrique Sonja, gerente da Braskem, sobre segurança regulatória no setor de downstream; e a segunda, de autoria de Gláucia Fernandes, pesquisadora da FGV Energia, traz uma Análise do Impacto Regulatório (AIR) da expansão da micro e mini geração de energia elétrica.

* Este texto não deve ser citado como representando as opiniões da Fundação Getulio Vargas (FGV). As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente da equipe de pesquisadores do grupo FGV Energia.